



ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PENSAMENTO POSITIVISTA E CATÓLICO (1870-1889)

Ana Carolina Freitas Lima Ogando

Introdução

Durante o período em que diversas tradições do pensamento brasileiro disputavam para se consolidar como pensamento político central, que inclui a crise da monarquia até a fundação da República, não é de se estranhar que a questão da mulher não se encontrava no cerne das idéias ou das discussões. No entanto, nessas tradições, particularmente no positivismo e catolicismo, identificamos as bases e as representações da natureza da mulher suficientes para entendermos o que Simone de Beauvoir (1989) já afirmava na sua introdução ao *Segundo Sexo*: “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas em relação a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (DE BEAUVOIR, 1989, p. xxii). No período que culmina na proclamação da primeira República (1889), o reflexo dessa lógica já pode ser encontrado nas diversas visões, crenças e símbolos em relação ao papel da mulher na sociedade. O pensamento positivista e católico do século XIX no Brasil inegavelmente estabeleceram o lugar da mulher brasileira na esfera privada e ajudou a consolidar, por sua vez, a herança patriarcal.

As preocupações feministas acerca das variadas manifestações de dominação e subordinação de gênero apontam a necessidade de se desvendar como tais práticas e valores se enraizaram e encontraram legitimidade na sociedade. As contribuições feministas se estendem desde críticas e análises das transformações do patriarcado até tentativas de desconstruir os sistemas binários fundamentados pela teoria política ocidental. Essas contribuições, em grande medida, buscaram revelar como as hierarquias de gênero não foram desafiadas, em razão da forma como as estruturas de dominação naturalizam e naturalizaram essa construção social. Como Bourdieu (2002) nos alerta, tal lógica é capaz de penetrar o imaginário, passando a configurar não somente os esquemas cognitivos, mas também os próprios esquemas de ação e prática, como algo “natural” e “inevitável” que dispensa qualquer necessidade de justificação.

Dadas essas tendências sutis (ou não) que a dominação tem incorporado, uma reflexão histórica e crítica é capaz de desvelar as bases e as mudanças na construção social das relações de gênero, bem como identificar suas influências na produção de conhecimento acerca das diferenças e das desigualdades de gênero (SCOTT, 1988). Concentrando nessas preocupações, o texto será dividido em três seções. Na seção seguinte, tentarei ilustrar que a assimilação das ideais positivistas



e católicos, no período de 1870 até a fundação da República, está mais ligado às próprias estruturas desiguais de gênero no pensamento ocidental, do que um reflexo das “ideais fora do lugar no Brasil”. Na segunda seção, pretendo analisar o papel específico atribuído às mulheres pelo positivismo e pelo catolicismo, com um enfoque particular na separação entre público e privado. Finalmente, na terceira seção, tratarei de ilustrar brevemente como essa narrativa, que legitimou e concedeu um status subordinado à mulher brasileira, pode nos ajudar a entender possíveis elos entre as ideias, as crenças e o falso reconhecimento (FRASER & HONNETH, 2003).

Parte I: As Ideais e Seus Lugares no Século XIX no Brasil

A minha reflexão aqui não pretende dar conta das inúmeras discussões acerca da gênese e da singularidade da sociedade brasileira, tampouco elaborar uma nova interpretação para a sua formação. Para entendermos a singularidade da cultura brasileira, é necessário assumir de antemão que as próprias raízes da desigualdade refletem um panorama de tensões e contradições, cuja dinâmica dialética se intensifica com o advento das ideias e dos modelos. Deixe-me explicar. Em primeiro lugar, o problema de abordar a questão da dominação ou da hierarquia de gênero, a partir de uma concepção de que as ideias estavam ‘fora do lugar’, oferece-nos uma perspectiva torcida, ou no mínimo incompleta. Com isso eu quero dizer que a adoção de ideias não foi algo necessariamente particular à república brasileira. Segundo Carvalho (1998), tanto os founding fathers americanos quanto os franceses buscaram inspiração em diversas ideias e instituições, mostrando, então, que o fenômeno de adoção de tais modelos é universal. De acordo ainda com o autor, muitas vezes o que perdemos de vista é que as ideias adotadas e a maneira como elas são recebidas e adaptadas não somente revela as particularidades da sociedade e da cultura política, mas dos próprios valores na sociedade importadora. Afinal, os valores referentes aos papéis assimétricos de gênero já encontravam suas bases na filosofia clássica de Aristóteles e de Platão.

Isso nos remete a um segundo problema quanto à ênfase usualmente dada uma suposta ‘deficiência’, ‘atraso’ ou ‘dilema’ brasileiro no que tange à incorporação de ideais mais igualitários e democráticos. Quando refletimos sobre essa questão por esse ponto de vista, perdemos uma leitura mais qualificada das origens da exclusão, particularmente no que tange à construção das relações de gênero. Nesse caso particular, é interessante pensar na construção simbólica da diferença entre homens e mulheres nas sociedades importadoras. A hipótese que fundamenta essa breve reflexão é de que essa diferença, baseada em concepções valorativas e simbólicas que contrapõem homens e mulheres, também foi central para a organização das “sociedades importadoras”. Se olharmos para



o contexto em que as primeiras reivindicações pelos direitos das mulheres nasceram na França, na Inglaterra e até mesmo nos Estados Unidos, no século XIX, não seremos surpreendidos com algumas características similares que percorrem todas essas experiências, por serem sedimentadas em padrões de subordinação.

Como as ‘sociedades importadoras,’ ou as culturas européias, particularmente da França e a Inglaterra, o Brasil também não foi diferente no que tange a fundação do público e do privado que serviu para relegar a mulher no espaço doméstico. Segundo Costa (2000, p. 249), diversas mulheres desafiaram as práticas patriarcais ao não casarem-se com os maridos escolhidos pelos pais, ao escolherem estudar e ter uma profissão apesar das pressões dos pais, ao participarem e criarem sociedades abolicionistas e literárias e ao criticarem o próprio sistema patriarcal ao demandarem reformas no sistema educacional e nos direitos políticos.¹ Porém, o legado histórico remeteria às mulheres um status subordinado na sociedade; no máximo eram vistas “como um detalhe colorido e pitoresco em um ambiente exótico ou um caráter secundário em um romance” (COSTA, 2000, p. 249). Certamente, os traços das primeiras feministas tiveram um impacto no século XX, mas o desafio de lidar com tais estruturas já foi posto no século XIX.

Parte II: Anjos e Demônios, Marias e Evas: O Impacto do Pensamento Positivista e Católico no século XIX

A complexidade das estruturas de subordinação, oriundo da estratificação de classe e das hierarquias de status, influencia tanto as nossas crenças quanto nossas práticas. Sabe-se, contudo, que a divisão das duas esferas (pública e privada) não pode ser entendida como algo desconexo, pois as dinâmicas das relações sociais, particularmente as relações assimétricas de gênero, estão estruturadas pelo poder e, conseqüentemente, pela exclusão. Argumentaria ainda que há uma tensão contínua para as mulheres até hoje: as dúvidas e contradições que as mulheres sentem quando decidem sobre seu papel na família e sociedade (COSTA, 2000). Nem sempre levamos em conta como pensamentos são capazes de fixarem interpretações acerca dos papéis de gênero, produzindo registros conscientes e inconscientes acerca da liberdade e autonomia da mulher. É a partir desse ponto que início o estudo sobre o pensamento positivista e católico do século XIX.

O positivismo surgiu como corrente de pensamento no início do século XIX na França. Seu criador, Augusto Comte buscou empregar um método científico para compreender a sociedade através de observações em fatos concretos. Essa nova ciência também seria capaz de centralizar o

¹ Cabe ressaltar que essas experiências se restringiam às mulheres de classes médias e altas no Brasil.



foco na humanidade e em seus princípios intelectuais e morais. Podemos entender o lugar da mulher em relação à questão do desenvolvimento da sociedade. Segundo Pickering (2002)², uma das suas biógrafas mais famosas, Comte certamente nunca apoiou uma igualdade entre os sexos. O que ele concedeu às mulheres foi uma “identidade positiva” e, com isso, designou que as mulheres seriam capazes de regenerar a sociedade por conta da sua habilidade emocional e sua superioridade moral. Na visão angelical atribuída às mulheres, sua submissão aos homens era justificada, pois era uma essência fundamental para se contrapor à rigidez, à racionalidade e à agressividade dos homens. Além disso, as mulheres, através da sua natureza altruísta e sua superioridade moral, tornariam os homens mais completos e sociáveis. Essa “identidade positiva” cumpriu “o objetivo de Comte de colocar o cuidado e a empatia no centro da vida pública para criar uma sociedade mais condolente e harmoniosa.” (PICKERING, 2002, p. 37).

O positivismo encontrou um terreno fértil para se enraizar no Brasil, sendo abraçado por diversos pensadores que conheceram o pensamento enquanto estudavam na Europa. Segundo Azzi (1980), Comte oferecia uma “linha lógica e racional dos princípios” e poderia “superar o anacronismo da monarquia sustentada pela aristocracia latifundiária escravocrata, sem levar a nação para o caminho da anarquia e do caos, cujos germens estavam nas idéias liberais e democráticas” (AZZI 1980, p. 11).

Tanto para Raymundo Teixeira Mendes quanto para Miguel Lemos (AZZI, 1980), o positivismo significava mais do que uma filosofia, pois era de fato uma missão religiosa. Consequentemente, Lemos e Mendes fundaram o Apostolado Positivista do Brasil em 1881, buscando estabelecer um guia para a nova ordem social baseada nos pressupostos comtianos. Entre esses pressupostos, o autor Azzi (1980) aponta vários temas que foram enfatizados pelos dois. Dentre esses, gostaria de enfatizar quatro deles que exemplifica o posicionamento do positivismo em relação a diversas hierarquias societárias, para além da esfera privada. Em primeiro lugar, o positivismo enfatizou a importância da ciência no que tange ao estudo e à compreensão do mundo e da natureza humana. Em segundo lugar, o positivismo surge como uma forma de superar a

² No texto *Angels and Demons in the Moral Vision of Comte*, Pickering (1996) ressalta que as contemplações do Comte sobre as mulheres pode ser dividida em três fases. A primeira fase, antes do seu casamento, pode ser caracterizada por traços mais feministas já que Comte teria sido influenciado por feministas francesas e inglesas do século XVIII. Na segunda fase, após o término do seu casamento com Caroline Massin, Comte incorpora um discurso mais essencialista. Ele passa a afirmar que a mulher ideal seria uma esposa e uma mãe doce, dedicada e angelical. A última e terceira fase seria uma combinação dessas duas anteriores, produzindo um pensamento ambivalente. Comte justifica a submissão da mulher dado sua natureza, particularmente sua tendência altruísta que floresce muito mais nas mulheres do que nos homens. Interessante perceber como a evolução do pensamento de Comte sobre as mulheres teve influência a partir das relações com mulheres na sua vida, seja primeiro com Caroline Massin, ou com seu amor platônico, Clotilde de Vaux, que passa ser o modelo da figura angelical, por excelência, do positivismo.



degeneração da sociedade e dos valores morais. A Religião da Humanidade serviria como a fonte de unidade religiosa na sociedade que preencheria a lacuna deixada pelo enfraquecimento da Igreja Católica. Em terceiro lugar, o idealismo democrático era visto como uma forma de perpetuar o anarquismo, dado a sua valorização na igualdade. Os valores democráticos, na visão positivista, apenas serviriam para criar obstáculos ao próprio progresso humano. Dessa forma, o positivismo se alinhava a um projeto político que implementaria um sistema autoritário capaz de estabelecer ordem, de cima para baixo. Em último lugar, mas não menos importante, os positivistas contaram com a sua própria representação do tipo ideal da mulher como a última peça do quebra-cabeça. Com isso, eu quero dizer que os positivistas acreditavam que as mulheres seriam as figuras centrais para o desenvolvimento do projeto, visando a ordem e a integridade moral.

Essencialmente, enquanto valorizavam as mulheres, na sua função de mães e esposas, o pensamento positivista o fez em detrimento de qualquer ideia que encaminhasse no sentido de uma igualdade dos sexos. Como Mendes (1908) já afirmava:

O dogma revolucionário de igualdade de todos os homens é a negação sistemática de semelhantes diferenças....A verdade positiva é que todos os animais, inclusive o homem, possuem os mesmos órgãos: todos eles sentem, todos eles movem-se, todos eles pensam; mas a aptidão sensitiva, motriz ou intelectual varia de um para o outro... (apud AZZI, 1980, p. 97).

Dado nosso objetivo de compreender a influência que o pensamento positivista teve na disseminação de papéis específicos para as mulheres e os homens, será valioso concentrar particularmente nos escritos e pensamentos de Teixeira Mendes (1908), um dos representantes e das autoridades da tradição no Brasil, que mais se manifestou sobre o tema. Em 1908, Mendes deu uma conferência chamada *A Preeminência Social e Moral da Mulher*, cujo objetivo era não somente buscar responder questões sobre a mulher no sistema hierárquico visionado pelos positivistas, mas também estabelecer qual seria a função desse sistema. Sobretudo, o texto chama atenção pela operacionalização de diversos conceitos binários.

Mendes (1908) claramente rejeita a questão da inferioridade feminina, mas o seu argumento parece, no entanto, conflituoso para uma visão feminista. Para o autor, a diferença entre homens e mulheres não pode ser compreendida através de uma oposição entre superioridade e inferioridade, mas, através da compreensão das diferentes aptidões. Com isso, na sua visão os homens representam a “aptidão maior de modificar o meio em proveito da espécie” e as mulheres têm mais aptidão para “modificar a espécie” (1908, p. 38). Através dessa simples descrição, Mendes reforça a básica representação do homem enquanto provedor, não por conta de sua força ou superioridade, mas simplesmente porque não tem os mesmos instintos de cuidado e bondade que a mulher. De fato, é a eminência do altruísmo nas mulheres que faz com que elas fossem as mais capazes para a



função de mãe, esposa e filha, já que não representam o egoísmo, a vaidade e orgulho dos homens. A mulher se configura nesse contexto como o sujeito dependente por conta da sua própria natureza; é meramente um reflexo de algo orgânico. Em outras palavras, o altruísmo é precisamente representado por “órgãos da submissão, que induz o animal a fazer consistir o bem-estar, a felicidade, em subordinar sua existência a do outro e por isto o tipo de tal sentimento é o amor materno” (1908, p. 47). Sendo a sua missão ligada a uma questão maior, uma missão moral, Mendes enfatizou que, de fato, as mulheres têm uma função mais “complexa,” “difícil,” e “nobre,” justamente por ter a função de formar homens. Essencialmente, a mulher “precisa ser o Anjo tutelar de seus pais, de seus irmãos, de seu esposo, de seus filhos...” (1908, p. 132).

Podemos inferir pelo menos uma coisa dessas afirmações. Mesmo que o positivismo não incorporou as noções acerca da inferioridade da mulher em relação ao homem, eu argumento que produziram os primeiros traços, no plano das ideias, de um falso reconhecimento. Retomarei esse argumento mais a frente mas significa que há uma distorção nas crenças associadas às mulheres. A primeira vista, as características nobres das mulheres não aparentam ser negativas ou reprodutoras de qualquer forma de subordinação. Porém, uma visão mais crítica e feminista ilustra a contradição de tais pensamentos justamente porque elas acabam por essencializar a natureza das mulheres e dos homens, permitindo pouco espaço para romper com os papéis de gênero. Além disso, relegam a mulher à esfera da domesticidade através do argumento moralista.

Quando olhamos para o pensamento católico, percebemos várias ideias e crenças que vão de encontro com o pensamento positivista, sobretudo, a ênfase dada a natureza humana dos homens e mulheres e a separação entre o público e o privado. Interessante perceber que o papel social feminino da mulher para a Igreja Católica passou por fases distintas, mas que todas fundamentavam-se em uma caracterização do papel da mulher como algo natural e incondicional.

Para Lima e Teixeira (2008), o discurso católico passou por fases que não somente serviram para consagrar a hierarquia sexual a partir do mito da criação, mas também refletiram as mudanças nas sociedades. Em um primeiro momento, o discurso religioso vinculava a mulher às imagens da impureza e da inferioridade. O traço misógino da Igreja Católica sustentou-se com a disseminação da ideia que as mulheres eram desobedientes, inferiores e más. Essa simbologia começou a mudar a partir da idade medieval quando a Igreja introduziu uma nova figura para representar as mulheres, uma nova ‘Eva’, a ‘anti-Eva’ (Lima & Teixeiram 2008). Eva representava o que as mulheres eram por natureza e, portanto, as mulheres deveriam lutar contra o que isso simbolizava. Aí entra a figura da Maria. No entanto, como o ideal de ‘Maria’ representava algo



inalcançável, a Igreja utilizou de mais uma outra imagem, Maria Madalena. Lima e Teixeira (2008) enfatizam que esse terceiro momento representa a tentativa de oferecer um modelo mais alcançável, sendo que Maria Madalena representou o pecado mas também a conversão. Essas últimas duas imagens e os discursos ocorreram durante um período em que a Igreja se viu fragilizada por conta da emergente questão do laicismo. Além disso, nos séculos XVIII e XIX, a Igreja sentiu um afastamento dos homens e buscou concentrar sua agenda na feminização da Igreja.

Devido a essas mudanças, o discurso da Igreja passou a ressaltar as virtudes morais das mulheres. A sensibilidade, a pureza e a fragilidade, reflexos do amor materno, eram características desejáveis e positivas para que as mulheres exercessem a função primordial no lar. Em outras palavras, “o progresso do sentimentalismo religioso esteve em estreita relação com o sentimento familiar: o modelo feminino católico era exclusivamente o da esposa-mãe” (Lima & Teixeira, 2008, p. 121). Em última instância, a felicidade e a autonomia das mulheres estavam restritas à esfera doméstica.

Certamente, esses discursos foram transportados para o Brasil, apesar do catolicismo não ser uma tradução efetivamente consolidada no período em questão. Mesmo assim, o catolicismo assumiu uma posição conservadora em relação à organização social e o papel da mulher. De acordo com Mainwaring (1989, p. 41-42), o período em que a Igreja Católica sentiu-se mais fragilizada foi no século XIX. Segundo o autor, havia pelo menos quatro elementos que contribuíram para essa falta de coesão e maior centralidade do catolicismo, no que tange a sua capacidade de articular suas crenças em pensamento político. Em primeiro lugar, os padres não se dedicavam suficientemente às atividades eclesiásticas. Em segundo lugar, o chefe titular da Igreja era o imperador brasileiro Dom Pedro II, um católico pouco fervoroso. Em terceiro lugar, os vínculos com o Vaticano eram fracos. E, por final, o número de padres e freiras diminuiu devido à proibição de novas admissões às ordens religiosas pelo Estado. Tanto a falta de recursos e de organização quanto o embate com os positivistas e os liberais ameaçaram a Igreja Católica (Alves, 1979; Moura, 1978).

Talvez o traço mais marcante do pensamento católico dessa época, em paralelo com o positivismo, seja de fato a ênfase da função da mulher na vida privada. A sua submissão e a sua fidelidade estavam ligados exclusivamente ao papel de cuidar do lar, do marido e dos filhos. Na carta pastoral do bispo, Dom Macedo Costa em 1875 expôs as obrigações da mulher jovem, da mulher casada e da viúva. Os temas centrais vão de encontro com o que já afirmei acima: o lugar da mulher é especificamente restrita ao espaço privado. Aqui volto a perceber algumas nuances do mito da criação, ou seja, da oposição entre Eva (que aventurou para além dos seus limites) e Maria



(que representou o ideal da obediência e da pureza ao exercer seu papel no lar). Sendo assim, o espaço público torna-se um caminho para o pecado ou para eventual desmoralização da sociedade. Nessa carta e em outros discursos católicos, fica claro que a mulher não deve desafiar as regras e a hierarquia social. Como Azzi (1987) aponta, a insistência em preservar a família e restringir a ação da mulher foi algo incorporado e aceito não só pelos homens mas pelas mulheres também. O pensamento católico veio apenas consolidar as crenças e as práticas que fixavam o papel e lugar da mulher.

Parte III: Breves considerações finais

Gostaria de retomar o conceito de Pickering (2002) acerca da “identidade positiva” concedida às mulheres. É precisamente essa identidade, baseada em uma natureza essencialista e em afirmações que se alinham com a ética do cuidado, que argumento ter servido para ofuscar as dimensões de poder e de status subordinado embutidas nos papéis de gênero. Eu gostaria de ir mais além. Acredito que essa “identidade positiva” é, de fato, uma forma de falso reconhecimento (FRASER & HONNETH, 2003). Certamente esse processo se diferencia das formas de desrespeito, ou da ausência de reconhecimento, que acabam por prejudicar a capacidade de um sujeito desenvolver e entender sua subjetividade (HONNETH, 1995). Todavia ele apresenta uma perspectiva limitada acerca das capacidades das mulheres e/ou atribui uma valoração apenas para aqueles papéis exercidos na esfera privada.

Com isso quero dizer que, enquanto as mulheres experimentam reconhecimento em relação a sua natureza e, conseqüentemente suas habilidades, essas se limitam exclusivamente a identidade da mulher na esfera privada. Esse falso reconhecimento que estou atribuindo à “identidade positiva” designada às mulheres certamente influenciou a forma como as próprias mulheres internalizaram seus papéis na sociedade. Nesse sentido, as mulheres que desafiaram esses papéis no mínimo encontraram outras maneiras de exercerem suas subjetividades ou lidaram com tensões assim que deixaram o privado e se arriscaram no mundo público. Nos casos em que analisei, esse risco acabou criando estereótipos das mulheres como “demônios” ou “evas.” Interessante ressaltar que o positivismo deu continuidade as ideias católicas e vice versa, particularmente no que tange à manutenção de uma hierarquia das relações de gênero pautadas, sobretudo, nas diferenças de natureza humana entre homens e mulheres. Ao entender que práticas e valores cotidianos estão embutidos de significâncias que depreciam ou desvalorizam o papel da mulher na sociedade, o reconhecimento, ou falso reconhecimento, passa a ser a chave para efetivamente romper com estes



padrões de sociabilidade que, por sua vez, são oriundos das práticas na esfera privada. Em outras palavras, é reconhecer que a força das formas de dominação desencandeia diversos padrões institucionalizados e assimétricos de interação que tanto atribuem um status particular e diferenciado para homens e mulheres quanto ofuscam as dimensões de poder neles embutidos.

Bibliografia

AZZI, Riolando. 1987. “Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950).” In: *Família e Valores*. Ed. Ivete Ribeiro. São Paulo: Edições Loyola, p. 85-120.

_____. 1980. *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola.

ALVES, Marcio Moreira. 1979. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

BEAUVOIR, Simone de. 1989. *The Second Sex*. New York: Random House.

BOURDIEU, Pierre. 2002. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner, 2 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. 2004. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 1998. “Entre a Liberdade dos Antigos e dos Modernos: A República no Brasil.” In: *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 83-106.

COSTA, Emília Viotti da. 2000. *The Brazilian Empire: Myths & Histories*. Chapel Hill:

The University of North Carolina Press.

FRASER, Nancy, HONNETH, Axel. 2003. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso Press.

HONNETH, Axel. 1995. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Massachusetts: MIT Press.

MAINWARING, Scott. 1989. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

MENDES, Raymundo Teixeira. 1908. *A Preeminência Social e Moral da Mulher*. Rio de Janeiro: Igreja do Apostolado Positivista do Brasil.



MOURA Dom Odilão. 1978. *Idéias Católicas no Brasil – Direções do Pensamento Católico do Brasil no Século XX*. São Paulo: Editora Convívio.

LIMA, Raquel dos Santos Sousa, TEIXEIRA, Igor Salomão. 2008. “Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX.” *Horizonte*, vol. 6, no. 12, p. 113-126.

MESQUITA, André Campos. 2009. “O Vocabulário dos Positivistas Brasileiros.” *Cadernos do CNLF*, vol. 13, no. 4, p. 1054-1066.

PICKERING, Mary. 2002. “Auguste Comte”. In: *Blackwell Companion to Social Thinkers*. Ed. George Ritzer. Massachusetts: Blackwell Publishers Inc., p. 25-52.

_____. 1996. “Angels and Demons in the Moral Vision of Auguste Comte.” *Journal of Women’s History*, vol. 8., no. 2, p. 10-40.

SCOTT, Joan. 1988. “Deconstructing Equality-versus-Difference: Or, the Uses of Poststructuralist Theory for Feminism”. *Feminist Studies*, vol. 14, no. 1, p. 33-50.